



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento das medidas de apoio à habitação e construção civil

Palácio do Planalto, 07 de fevereiro de 2006

Meus queridos companheiros e companheiras, ministros e ministras presentes a este evento,

Meus caros deputados e senadores,

Aloizio Mercadante, nosso líder do governo,

Empresários,

Trabalhadores,

Meu querido companheiro Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal,

Guido Mantega, presidente do BNDES, espero que tenha vindo trazer boas notícias.

Eu acho que o que foi anunciado pelo ministro Márcio Fortes e pelo ministro Palocci é o resultado de uma vontade que há muito tempo, antes de sermos governo, ainda quando éramos simples militantes dos movimentos da sociedade brasileira, foi construída ao longo de muitos anos por todo o território nacional.

A habitação, saneamento básico e crédito são três coisas que caminham tão juntas que se não tiver as três no mesmo embrulho, na mesma medida, nós não teremos o ciclo completo de investimento na construção civil.

Vocês estão lembrados do aviso do ministro Márcio Fortes. Em junho do ano passado, por obra do Congresso Nacional e, por isso, meus agradecimentos a senadores e deputados aqui presentes, vocês aprovaram a primeira lei de iniciativa popular que foi dada entrada no Congresso Nacional. E



naquela lei, quando eu vim sancionar, eu lembrava ao povo que estava aqui, que a lei estava pronta mas precisaria colocar um dinheirinho para fazer o Fundo. Pois bem, no anúncio do ministro Márcio, vocês viram que nós começamos com 1 bilhão de reais nesse Fundo, para dar prioridade ao setor mais humilhado da sociedade brasileira, aquele que mora nas piores condições, dentre as piores em que moram muita gente neste país, a começar por aqueles que moram em situação degradante, em palafitas espalhadas por este país afora.

É preciso transformar essas pessoas em cidadãos e cidadãs, por isso todo esse dinheiro que vocês viram, para habitação neste país, uma parcela para quem pode pagar, setores médios da classe média baixa, que têm dificuldade de comprar casa; setores operários e trabalhadores que têm dificuldade, e o governo que muitas vezes não priorizava recursos para habitação. Pelos números vocês estão percebendo que não vai faltar dinheiro para que a gente resolva o problema da habitação.

A construção civil está me devendo um compromisso com a aprovação da Lei da Afetação. Eu me lembro que quando foi aprovada a Lei da Afetação, um empresário da construção civil me abraçou e me disse o seguinte: “Presidente, sabe qual é a preocupação que nós temos? É que a indústria da construção civil não está preparada para captar os recursos que vão ser disponibilizados por conta da Lei da Afetação.”

Como já faz um ano, eu espero que as pessoas estejam preparadas porque como também está crescendo a massa salarial, certamente uma parcela da população que trabalha vai ter possibilidade de comprar casa. O dinheiro, tem, e o crédito, tem. Vocês viram aí no anúncio do Palocci e do Márcio.

A segunda medida importante é vocês atentarem para o Conselho Monetário, que democraticamente colocou 8 bilhões e 700 milhões da poupança para ajudar no financiamento da casa própria. Essa é uma política, apesar do meu amigo Jorge Mattoso dizer: “Presidente, fique tranqüilo porque



na Caixa Econômica nós nunca tivemos tanto dinheiro para financiamento de casa”.

Eu acho que essa medida é extremamente importante porque demonstra claramente que nós estamos com disposição de resolver um déficit habitacional que, eu me lembro que desde 1974, quando se começou a colocar a habitação como prioridade, naquela campanha que o dr. Ulisses Guimarães fez do anti-candidato, depois na campanha de 1974, aparecia um déficit habitacional de 6,5 milhões de casas. Ou seja, de lá para cá já se construiu tantas casas e o déficit ainda continua sendo, sem número exato obviamente, por volta de 6 ou 6 milhões. Nós precisamos em algum momento zerar esse déficit.

A segunda medida que eu acho que o movimento que está aí manifestou, é um desejo que vocês perceberam que nós não pudemos fazer no primeiro ano, porque o Brasil é um país que tem algumas coisas muito importantes e algumas coisas que criam um certo embaraço. Quando você ganha uma eleição, no primeiro ano você trabalha com orçamento do governo anterior, em que as metas já estão definidas. Você pode fazer muito pouco.

No ano seguinte, quando você pensa que vai fazer, tem eleição municipal, então, você... todo mundo sabe que no Brasil já virou cultura, que no ano de eleição o Brasil é como no carnaval, o pessoal dedica mais tempo à eleição. Depois, em 2005 vocês perceberam que as coisas estavam arrumadas e nós demos um salto de qualidade muito grande. Nós saímos de 3 bilhões para quase 6 bilhões, ou 5 bilhões e pouco, numa demonstração de que a casa estava arrumada para que a gente fizesse esse passo e agora outro passo importante. E por que isso? Porque as condições estão colocadas.

Agora, nada disso seria razoável se nós não priorizássemos o Fundo de Habitação Social, que é uma carência muito grande e uma reivindicação muito justa dos movimentos dos trabalhadores e da sociedade por moradia, sobretudo nos grandes centros urbanos do país.

Esse Fundo vai poder atender aproximadamente algumas dezenas de milhares de famílias que moram em situações desumanas, para dizer assim,



porque quem já passou em cima de uma palafita, numa favela, em cima de um córrego, sabe a situação em que vivem as pessoas.

A terceira medida, que o Palocci anunciou, que eu acho importante, é o seguinte: 13 itens daqueles que o Palocci citou ali estão saindo de 5% para 0% e 28 produtos que tinham alíquota entre 10, 12 e 15%, estão caindo para 5%. Obviamente que num futuro muito próximo pode cair mais porque o que cai de 10 para 5% pode cair de 5% para zero%, isso é apenas uma questão de *time*, de ver como funciona, de ver qual é a reação, porque isso tem uma coisa importante para a sociedade.

Possivelmente os construtores que estão aqui, a Caixa Econômica Federal, saibam perfeitamente bem que uma medida como essa não ajuda apenas a construção a baratear um pouco a casa, porque no Brasil todos os estudos indicam que nós temos por volta de 60% das casas construídas no Brasil, são casas construídas pelo próprio povo, que não tem dinheiro para financiar. Ele vai comprando tijolo, telha, areia e vai fazendo um quarto, fazendo uma sala, fazendo um banheiro, muda sem rebocar, depois vai comprando um vitrô, depois vai comprando e vai cuidando da sua casa. Sessenta por cento das casas feitas no Brasil são assim. Nós temos casos históricos em que prefeitos entregaram casas para o povo e antes de receber a casa o povo já estava reformando, porque na hora em que ele tem possibilidade, ele faz isso.

Então, o que está acontecendo, na verdade? O que está acontecendo é que nós estamos possibilitando que tanto os empresários, mas sobretudo a sociedade espalhada por este país afora, possa entrar no depósito de material, por menor que seja, na sua vila, e possa dizer: espera aí, o governo anunciou que tal produto caiu o imposto em 10%. Vamos baratear um pouco o preço aí, porque a sociedade, ela tem de ser co-participante para cobrar dos vendedores que reduzam o preço. Porque, obviamente que nós não temos a intenção de fazer com que o fim das alíquotas, a redução, seja apenas o ganho para uma parte. O que nós queremos é que a cadeia como um todo ganhe com a



redução que estamos anunciando aqui.

E essa medida certamente vai permitir que milhões e milhões de brasileiros... porque todo brasileiro quando ele tem um terreninho, é só pegar uma favela como exemplo, dê o título de terra para a mulher ou para o homem que um mês depois você passa lá e ele já está fazendo uma casinha de alvenaria.

Então, essas medidas visam ajudar a construção civil como um todo, mas visam, sobretudo, fazer com que o povo que autoconstrói a sua casa possa ter acesso a produtos... Teve um cidadão numa discussão, um tempo desses, que disse para mim: “mas vamos tirar imposto de azulejo, porque azulejo é coisa chique.” É coisa chique para você, porque Joãozinho Trinta dizia: “quem gosta de miséria é rico, pobre gosta de luxo.”

Então, o pobre, quando ele vai construir a casa dele, ele quer colocar azulejo da melhor qualidade, ele quer colocar vaso sanitário da melhor qualidade, ele quer colocar... Ele não vai comprar nada de segunda, ele só compra se não tiver condições de comprar.

Então, essas medidas vão possibilitar que todos, ricos ou pobres, possam entrar num depósito de material de construção e ver que estão mais baratos vários dos materiais que são utilizados para comprar a sua casa.

Essas medidas, sem dúvida nenhuma, vão possibilitar que a construção civil volte a ser uma parte significativa no crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro, vai possibilitar que a construção civil volte a ser a grande geradora de empregos que sempre foi no nosso país, e vai possibilitar que o povo brasileiro possa ter acesso, com mais facilidade, à sua primeira casa, que é um sonho. Não tem um ser humano que não sonhe em ter uma casinha.

Se você perguntar para o pobre, para a classe média também, até para rico, qual é a principal prioridade de uma pessoa? Ele vai dizer: “é uma casa.” Ele tendo a casa e tendo saúde, o resto ele se vira. E agora veja, ele tendo a casa, tendo a saúde, tendo crédito e material mais barato, vai ser tudo que ele precisa para poder fazer jus àquilo que eu disse no dia em nós assinamos aqui



a lei, sancionei a lei de iniciativa popular, quando disse o seguinte: que essa é um pouco a história das cidades brasileiras, a história de milhões de pedreiros de fim de semana, gente que descansa batendo laje nos domingos e feriados, gente que faz das tripas coração para transformar madeira em barraco, barraco em alvenaria e alvenaria em abrigo, aconchego, dignidade e, portanto, num verdadeiro lar.

Eu quero concluir dizendo a todos vocês: se não fizemos isso antes é porque não podíamos fazer antes. Estamos fazendo agora porque agora o Brasil está mais preparado do que estava ontem, do que estava antes de ontem para ter um futuro de crescimento duradouro, ter a inflação controlada de verdade, ter a massa salarial crescendo e ter o desenvolvimento que é um desejo de todos nós.

Os empresários aqui presentes e os trabalhadores sabem que essa condição não é criada com discurso e não é criada com facilidade. Todos aqueles que imaginaram que poderiam resolver os problemas do Brasil com discurso fácil, nós sabemos o que aconteceu no Brasil. Nós preferimos o discurso da sobriedade, o discurso da possibilidade, sabendo que antes da palavra tem que vir a construção para dar razão à palavras que vamos proferir. E quando viemos aqui, anunciar essas medidas, é para dizer para todos vocês: a construção civil, certamente teremos que fazer outras coisas, aprimorar muitas coisas, mas em poucos momentos da história do Brasil a construção civil teve e tem o destaque que está tendo no nosso governo. Interpretem como quiserem.

Muito obrigado.